

A coisa julgada e a manutenção de benefícios previdenciários por incapacidade – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez*

José Renato Rodrigues**

Sumário

Introdução; 2. Considerações sobre a coisa julgada; 2.1. Natureza jurídica da coisa julgada; 2.2. Coisa julgada material e formal; 2.3. Limites da coisa julgada; 2.3.1. Limites objetivos; 2.3.2. Limites subjetivos; 2.3.3. Limites temporais; 2.4. Coisa julgada nas relações jurídicas continuativas; 3. Concessão e manutenção dos benefícios de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença; 3.1. Temporariedade dos benefícios por incapacidade; 3.2. Cessação dos benefícios por incapacidade em virtude de superveniente recuperação da capacidade laborativa; 3.2.1. Pedido de prorrogação (PP), pedido de reconsideração e recurso administrativo; (PR); 3.2.2. Do art. 47 da Lei 8.213/1991; 3.2.3. Do art. 11 da Lei 10.666/2003, 3.2.4. Cessação dos benefícios por incapacidade concedidos judicialmente; 4. Restabelecimento dos benefícios por incapacidade concedidos judicialmente; Conclusões; Bibliografia.

Introdução

De início, precisamos tecer alguns comentários sobre a coisa julgada, pois são assim teremos condições de abordar, de forma adequada e satisfatória, o alcance da coisa julgada na manutenção dos benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.

* Este artigo começou a ser escrito quando ocupávamos o cargo de Procurador Federal junto ao INSS em Botucatu-SP. A sua primeira parte tem por base nossa dissertação de mestrado: *A flexibilização da coisa julgada* e, a segunda, o livro *Direito Previdenciário Descomplicado* que estamos escrevendo.

** Juíz Federal Substituto em São Sebastião do Paraíso/MG. Graduado e Mestre em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE – Bauru/SP

2. Considerações sobre a coisa julgada

É a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro que define a coisa julgada ao asseverar que “chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso”.¹

Por outro lado, é o Código de Processo Civil, que é uma lei infraconstitucional, que trata do instituto precisando os contornos e grau de imutabilidade da coisa julgada.²

Ocorrerá coisa julgada quando a decisão judicial transitar em julgado, ou seja, quando esta estiver imune a ataques pela via recursal, quer por terem sido esgotados todos os recursos, quer por ter expirado o prazo sem interposição de recurso cabível.

Após o trânsito em julgado da decisão judicial,   possível, em alguns casos, o ajuizamento de a  o rescisória para desconstituir o julgado. No processo civil, estes casos estão arrolados no art. 485 do Código de Processo Civil.³

¹ Art. 6 ,   3 , do Decreto-Lei 4657, de 4 de setembro de 1942.

² Art. 467. Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

³ Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

- I- se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;
- II- proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente;
- III- resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;
- IV- ofender a coisa julgada;
- V- violar literal disposição de lei;
- VI- se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória;
- VII- depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não p de fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;
- VIII- houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença;
- IX- fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa;
- X- a indenização fixada em a  o de desapropriação direta ou indireta for flagrantemente superior ou manifestamente inferior ao preço de mercado objeto da ação judicial (*este inciso está com*

Haverá coisa soberanamente julgada quando transcorridos mais de dois anos do trânsito em julgado, não sendo possível, a partir de então, desfazer a decisão judicial nem por ação rescisória.^{4 5}

A coisa julgada existe em prol da segurança jurídica almejada por toda a coletividade, pois seria inconcebível a eternização dos litígios judiciais.

Segundo Cândido Rangel Dinamarco:

(...) um dos valores buscados pela ordem jurídico-processual é o da segurança nas relações jurídicas, que constitui poderoso fator de paz na sociedade e felicidade pessoal de cada um. A tomada de decisão, com a vitória de um dos litigantes e derrota do outro, é para ambos o fim e a negação das expectativas e incertezas que os envolviam e os mantinham em desconfortável estado de angústia.⁶

As demandas judiciais precisam ter um ponto final e este ponto final chama-se coisa julgada.⁷

2.1. Natureza jurídica da coisa julgada

A autoridade da coisa julgada está fundada em duas ordens: uma política e outra jurídica.

Sendo a justiça a finalidade precípua do processo ao compor as lides, são colocados à disposição daqueles que se sintam injustiçados os recursos, por intermédio dos quais se reexaminam as questões postas e se reformam decisões.

Contudo, a busca da Justiça não pode ser infinita, sob pena de jamais se chegar à certeza do Direito e à segurança no gozo dos bens da vida.

Por esse motivo é que há um limite para se questionar a justiça das decisões, qual seja: a estabilidade dos direitos, que é uma exigência de ordem pública (social). É esse, pois, o fundamento político da coisa julgada.

A natureza jurídica da coisa julgada é um tema controvertido na doutrina⁸, porém, no Direito brasileiro⁹, prevaleceu a teoria de Liebman que refuta as muitas teorias que defendem que a coisa julgada é um dos efeitos da sentença, porque, para ele, a autoridade da coisa julgada não se confunde com a eficácia jurídica da sentença, pois “esta é imperativa e produz todos os seus efeitos ainda antes e independentemente do fato da sua passagem em julgado.”¹⁰

A autoridade da coisa julgada não é efeito autônomo e sim “modo de manifestar-se e produzir-se dos efeitos da própria sentença, algo que a esses efeitos se ajunta para qualificá-los e reforçá-los em sentido bem determinado.”¹¹

Define a autoridade da coisa julgada como:

(...) a imutabilidade do comando emergente de uma sentença. Não se identifica ela simplesmente com a definitividade e intangibilidade do ato que pronuncia o comando; é pelo contrário, uma qualidade, mais intensa e mais profunda, que reveste o ato também em seu conteúdo e torna assim imutáveis, além do ato em sua existência formal, os efeitos, quaisquer que sejam, do próprio ato.¹²

A eficácia – aptidão para produzir efeitos – da sentença se dá pelo fato de provir do Estado. Todo ato do Estado para ter eficácia deve estar em conformidade com o Direito, sob pena de ser ineficaz.

Presume-se que todo ato estatal seja eficaz, pois escorado no Direito. Porém, esta presunção é relativa, pois admite prova em contrário. Será ineficaz se for

a eficácia suspensa por força de medida cautelar deferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal na ADI 1910).

§1º. Há erro, quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido.

§ 2º. É indispensável, num como noutro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato.

⁴ Art. 495 - O direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão.

⁵ É de bom tom registrar que defendemos a possibilidade de haver, em casos excepcionais, a flexibilização da coisa julgada.

⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. Relativizar a coisa julgada material. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/ce/cenovo/revista/0502relativizaCandido.pdf>>.

⁷ NOGUEIRA, Carlos Frederico Coelho. Coisa julgada penal: autoridade absoluta e autoridade relativa. Disponível em: <<http://www.cpc.adv.br/doutrip.htm>>.

⁸ Em havendo interesse em estudar as várias teorias existentes a respeito da natureza jurídica da coisa julgada, recomendamos uma prévia leitura da classificação de: SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de Direito Processual*, p. 45-52.

⁹ Art. 467. Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

¹⁰ LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*, p. 39-40.

¹¹ *Ibid.*, p. 40.

¹² *Ibid.*, p. 54.

provada sua inconstitucionalidade, ilegalidade ou sua injustiça, por meios e formas legais.

Dessa forma, a eficácia natural da sentença é condicionada à verificação de sua constitucionalidade, legalidade e justiça e produz efeitos somente quando não couberem recursos com efeito suspensivo.

Após a preclusão de todos os recursos se dá a coisa julgada, que é uma qualidade especial que reforça a eficácia da sentença, que a torna imutável como ato processual (coisa julgada formal) e também torna imutáveis seus efeitos (coisa julgada material).

A autoridade da coisa julgada é uma necessidade social que visa evitar a perduração dos litígios.

A coisa julgada não é mais um efeito da sentença, mas, sim, a sua própria eficácia, na medida em que a torna imutável e indiscutível.

Vicente Greco Filho sintetiza: “a coisa julgada, portanto, é a imutabilidade dos efeitos da sentença ou da própria sentença que decorre de estarem esgotados os recursos eventualmente cabíveis.”¹³

2.2. Coisa julgada material e formal

A coisa julgada formal e material são degraus do mesmo fenômeno. Há um só instituto com duas faces. Não havendo possibilidade de interposição de recursos, a sentença torna-se imutável (coisa julgada formal – primeiro degrau), e, em consequência, tornam-se imutáveis seus efeitos (coisa julgada material – segundo degrau).

Coisa julgada formal é a imutabilidade da sentença, como ato processual, dentro do processo, onde o Estado esgota sua função jurisdicional. É a máxima preclusão, pois não é possível sua reforma dentro do processo em que fora proferida. “Todas as sentenças, em certo momento, fazem coisa julgada formal.”¹⁴

Coisa julgada material ou substancial é a imutabilidade dos efeitos da sentença, onde é impossível alterá-la no mesmo ou em outro processo, quer pelas partes, juiz ou tribunal.

Nem mesmo o legislador pode alterar o que foi decidido, pois, com a coisa julgada material, a imutabilidade transcende a vida do processo, atingindo, em cheio, a vida das pessoas.

A coisa julgada adquire força de lei (art. 468, CPC).¹⁵ Esta força de lei se estende não só às partes, como também a todos os juízes e tribunais que devem respeitá-la (art. 467, CPC).

Assim, não é possível uma nova propositura da mesma lide. “Este é o chamado efeito negativo da coisa julgada material, que consiste na proibição de qualquer outro juiz vir a decidir a mesma ação.”¹⁶

Acerca da diferença entre coisa julgada material e formal, Cândido Rangel Dinamarco preleciona:

A distinção de coisa julgada material e formal, consiste, portanto, em que (a) a primeira é a imutabilidade dos efeitos da sentença, que os acompanha na vida das pessoas ainda depois de extinto o processo, impedindo qualquer ato estatal, processual ou não, que venha a negá-los; enquanto que (b) a coisa julgada formal é fenômeno interno ao processo e refere-se à sentença como ato processual, imunizada contra qualquer substituição por outra.¹⁷

2.3. Limites da coisa julgada

2.3.1. Limites objetivos

Segundo o art. 468 do Código de Processo Civil, “a sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas.”

A finalidade da jurisdição é resolver as lides nos moldes em que foram deduzidas no pedido e na

¹³ GRECO FILHO, Direito Processual Civil brasileiro, p. 246.

¹⁴ GRECO FILHO, *loc. cit.*

¹⁵ Art. 468. A sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas.

¹⁶ GRECO FILHO, *loc. cit.*

¹⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. Relativizar a coisa julgada material. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/ce/cenovo/revista/0502relativizaCandido.pdf>>.

contestação. É o que se extrai da regra estampada no art. 128¹⁸ e reforçada pelo art. 460¹⁹, ambos do CPC.

Consoante previsão do art. 469 do CPC, não fazem coisa julgada: I – os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença; II – a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença; III – a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.

É lógico que essas questões elencadas nos incisos do artigo antes mencionado são apreciadas pelo julgador, pois só assim terá condições de decidir fundamentando o seu entendimento e de delimitar o alcance da decisão, porém, essas poderão ser livremente rediscutidas e, principalmente, alteradas em outros processos.

Os motivos, por mais importantes que sejam para a sentença, não fazem coisa julgada, pois, em regra, o que se torna imutável numa decisão judicial, que pode ser uma sentença ou um acórdão, é a parte dispositiva, pois é nesta parte que há a imposição estatal.

No entanto, é possível que o julgador, ao fazer sua fundamentação, decida algum ponto importante da lide, sem que isso seja repetido, de forma sintética, na parte dispositiva da decisão judicial. Nem por isso, esse ponto será mutável, pois, apesar de não estar inserido na conclusão da decisão, tem nítido conteúdo dispositivo, portanto, imutável.

Sobre isto, Liebman observa:

(...) é exato dizer que a coisa julgada se restringe à parte dispositiva da sentença; a essa expressão, todavia, deve dar-se um sentido substancial e não formalístico, de modo que abranja não só a fase final da sentença, mas também qualquer outro ponto em que tenha o juiz eventualmente provido sobre os pedidos das partes.²⁰

Moacyr Amaral Santos, ao comentar sobre a verdade dos fatos (inciso II do art. 469), diz que “nada obsta que a verdade produzida pela prova no primeiro processo seja negada em um segundo processo, em que se discutem os mesmos fatos e entre as mesmas partes”²¹

No que se refere à questão prejudicial (inciso III do art. 469), temos a aduzir que a sua resolução só fará coisa julgada material se a parte o requerer, por intermédio de ação declaratória incidental, se o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto para o julgamento da lide.

Por questões prejudiciais, devemos entender como “aquelas que, além de constituírem premissas lógicas da sentença, reúnam condições suficientes para ser objeto de ação autônoma”.²²

2.3.2. Limites subjetivos

Visto o limite objetivo da coisa julgada, resta sabermos quem estará atingido pela sua imutabilidade.

Ao ser prolatada uma decisão judicial, esta produz efeitos naturais que atingem não só as relações jurídicas das partes, mas também de terceiros. É o que a doutrina denomina de teoria dos efeitos reflexos da coisa julgada, onde há a produção de efeitos diretos que são queridos e previstos pelas partes e efeitos indiretos que não são previstos nem queridos pelas partes, porém, são inevitáveis.²³

No entanto, a autoridade da coisa julgada está adstrita às partes processuais. É o que está previsto na primeira parte do art. 472 do Código de Processo Civil.²⁴

O prejuízo a que faz menção o dispositivo em questão é o prejuízo jurídico, uma vez que sendo o prejuízo somente de fato, o terceiro será alcançado pela autoridade da coisa julgada, haja vista que “o que vale para todos (*erga omnes*) é a eficácia natural da

¹⁸ Art. 128. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

¹⁹ Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

²⁰ LIEBMAN, 1984, p. 57-58 (nota de rodapé).

²¹ SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. IV – arts. 332 a 475, p. 447.

²² SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de Direito Processual Civil*, p. 65.

²³ *Ibid.*, p. 70-71.

²⁴ Art. 472. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. (...)

sentença, não a coisa julgada, que vale somente entre as partes”.²⁵

No que se refere ao grau de influência dos efeitos da decisão judicial sobre as relações jurídicas de terceiros, esses podem ser classificados como: a) terceiros absolutamente indiferentes: não arcam com nenhum reflexo da decisão proferida, por isso, nada podem fazer; b) terceiros com interesse de fato: embora tenham uma expectativa de direito, não são atingidos em suas relações jurídicas, motivo pelo qual também não tem o que fazer; c) terceiros juridicamente interessados: estes têm interesses iguais aos das partes litigantes e, não sendo atingidos pela imutabilidade da coisa julgada, podem se valer de ação própria para verem reconhecidos os seus direitos; d) terceiros com interesse jurídico inferior ou subordinado: possuem relações jurídicas dependentes, ou seja, embora não possam obter o mesmo bem da vida almejado pelas partes, poderão valer-se de uma ação própria para tutelar outro interesse previsto no direito material.²⁶

Com relação à coisa julgada nas ações de estado, aplica-se a segunda parte do art. 472 do Código de Processo Civil.²⁷ Para que os terceiros interessados nas causas que versem sobre o estado das pessoas sejam alcançados pela autoridade da coisa julgada é necessário que os mesmos tenham plena ciência da ação e possam dela participar ativamente, em suma, desde que devidamente citados.

Isso se dá porque o atual Código de Processo Civil:

(...) adotou a concepção doutrinária dominante no direito moderno de que, no que concerne ao estado das pessoas, a sentença deve valer para todos, porque o estado da pessoa está ligado de tal forma à personalidade, que ninguém pode ter um estado para alguns e outro para outros, ser casado perante alguns e divorciado perante outros, e assim por diante.²⁸

²⁵ *Ibid.*, p. 73.

²⁶ GRECO FILHO, *op. cit.*, p. 252.

²⁷ Art. 472. (...) Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.

²⁸ GRECO FILHO, *op. cit.*, p. 254.

2.3.3. Limites temporais

Interessante observar que Egas Moniz de Aragão, com peculiar sabedoria, acrescenta aos limites objetivos e subjetivos, os limites temporais da coisa julgada.²⁹

Apesar de reconhecer que o estudo dos limites temporais da coisa julgada não seja relevante “pois por seu intermédio o que se afirma é a inextensão da coisa julgada a situações ou pretensões novas, surgidas futuramente, que, é óbvio, não poderiam a ela subordinar-se, seja por não integrarem a *res iudicata*, seja por consubstanciarem outra *res*”, faz os seguintes comentários:

(...) embora ligado à eficácia da coisa julgada o acontecimento superveniente não a infringe. Se o credor renuncia ao crédito, isso nada infirma, antes confirma, a existência e a eficácia da coisa julgada, pois não é possível renunciar do crédito sem dele ser o titular, titularidade esta declarada pela sentença transitada em julgado. Se o devedor paga o débito é óbvio que com isso dá cumprimento à sentença protegida pela coisa julgada. Se os divorciados tornam a casar-se é porque, em virtude da sentença passado em julgado, estavam descasados, pois se não estivessem não poderiam recasar-se.³⁰

2.4. Coisa julgada nas relações jurídicas continuativas

Boa parte da doutrina³¹ insere as sentenças que decidem relações jurídicas continuativas ou de trato sucessivo no grupo daquelas que não fazem coisa julgada material, ao argumento de que nestas é possível ajuizar ação revisional para decidir novamente as questões já decididas na lide anterior quando sobrevier modificação do estado de fato ou de direito.³²

No entanto, compartilhamos de entendimento em sentido oposto, ou seja, mesmo que se trate de relação continuativa haverá coisa julgada material, haja vista que diante de uma relação de trato sucessivo há

²⁹ ARAGÃO, Egas Moniz de. *Sentença e coisa julgada*, p. 198.

³⁰ *Ibid.*, p. 200.

³¹ Por exemplo: Vicente Greco Filho, *op. cit.*, v. 2, p. 247.

³² Art. 471. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, salvo: I. se, tratando-se de relação jurídica continuativa, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito; caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;

a incidência da teoria da imprevisão, o que implica dizer que a situação fática que servir de base para determinada sentença pode, naturalmente, se alterar no futuro.

A propósito, Moacyr Amaral Santos sustenta que faz coisa julgada material, ao seguinte argumento:

A nova sentença não desconhece nem contraria a anterior. Ao contrário, por conhecê-la e atender ao julgado, que contém implícita a cláusula *rebus sic stantibus*, o adapta ao estado de fato e de direito superveniente.

Não é que a sentença determinativa não produza coisa julgada. Ela apenas é suscetível de um “processo de integração, decorrente da situação superveniente, a que deve o juiz atender, tendo em vista a natureza continuativa da relação jurídica decidida”.³³

No mesmo sentido, observa José Maria Tesheiner:

Na verdade, as sentenças relativas a relações jurídicas continuativas produzem coisa julgada material como qualquer outra.

(...)

À primeira vista pode parecer que a sentença proferida em ação de alimentos não produz coisa julgada, dada a possibilidade de majoração, diminuição ou mesmo exoneração do encargo. Não apenas o *quantum* pode ser alterado, como a própria existência da obrigação alimentar pode vir a ser posteriormente negada ou afirmada.

Ocorre que, em hipótese nenhuma, coisa julgada material significa imunidade a fatos supervenientes. Assim como o débito declarado por sentença pode ser declarado extinto por sentença posterior, declaratória de pagamento superveniente, assim, à norma concreta estabelecida por sentença proferida em ação de alimentos pode suceder outra, com efeitos *ex nunc*, desde que fundada em alteração da fortuna do alimentante ou do alimentário.^{34 35}

3. Concessão e manutenção dos benefícios de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença

Estando uma pessoa impossibilitada de trabalhar por ter havido um sinistro social (incapacidade ocasionada por uma doença, idade avançada, maternidade, prisão, morte, desemprego involuntário, etc), surge o Direito Previdenciário que tem a finalidade de amparar o segurado e/ou seus familiares, assegurando meios indispensáveis de subsistência.

Nesse contexto, há a aposentadoria por invalidez³⁶ e o auxílio-doença³⁷ que são benefícios previdenciários que tem a finalidade de assegurar o mínimo necessário ao segurado e seus dependentes enquanto aquele estiver impossibilitado de trabalhar e, portanto, sem ter uma renda.

Os requisitos comuns para concessão desses benefícios são: a) qualidade de segurado; b) carência³⁸ de 12 meses^{39 40}; c) incapacidade total para o trabalho.

O que os diferencia é o tipo da incapacidade total, uma vez que para a obtenção do auxílio-doença basta que a incapacidade seja temporária⁴¹, enquanto para aposentadoria exige-se que a incapacidade seja permanente⁴².

A existência de uma doença, por si só⁴³, não é suficiente para se fazer jus a um benefício por incapacidade, visto que se exige que haja incapacidade total para o trabalho a ser verificada por perícia médica.

³⁶ Disciplinada nos arts. 42 a 47, da Lei 8213/1991.

³⁷ Disciplinado nos arts. 59 a 64, da Lei 8213/1991.

³⁸ Carência é o número mínimo de contribuições sociais necessário para se ter direito ao benefício (art. 24 da Lei 8213/1991).

³⁹ Não há carência para a aposentadoria por invalidez e o auxílio-doença acidentários, ou seja, aqueles cujo nexo causal da incapacidade laboral é oriundo de acidente de trabalho ou doença profissional. Também não haverá carência se a incapacidade for resultante de uma das doenças graves atualmente elencadas no art. 151 da Lei 8213/1991.

⁴⁰ Para os segurados especiais, observa-se o constante no art. 39, I, da Lei 8213/1991, que não exige carência, mas, sim, tempo rural, ainda que descontinuo, pelo período de carência exigido para o benefício.

⁴¹ A que tem perspectiva de recuperação.

⁴² Aquela considerada como não recuperável.

⁴³ Doenças como diabetes, pressão alta, asma e outras, não são, de regra, incapacitantes.

³³ SANTOS, *Primeiras linhas de Direito Processual*, p. 55-56.

³⁴ TESHEINER, José Maria. *Eficácia da sentença e coisa julgada no Processo Civil*, p. 163-167.

³⁵ Compartilha do mesmo entendimento: Araken de Assis, *in Breve contribuição ao estudo da coisa julgada nas ações de alimentos*.

Uma vez preenchidos os requisitos legais, o benefício é concedido, ou seja, ele é implantado em favor do segurado e entra em manutenção, o que implica dizer que ele será mantido – pago mensalmente – pelo INSS.

3.1. Temporariedade dos benefícios por incapacidade

Os benefícios por incapacidade, embora não tenham um prazo limite fixado na legislação previdenciária, têm um termo final, na medida em que são temporários.

A característica principal do auxílio-doença é sua temporariedade. Alguma dúvida pode surgir em relação à aposentadoria por invalidez. É bem verdade que, na prática, uma vez concedida a aposentadoria por invalidez, ela raramente é cessada, o que não quer dizer que ela não possa ser cessada.

O próprio Direito do Trabalho também reconhece que a aposentadoria por invalidez é provisória, tanto que o contrato de trabalho do empregado aposentado fica suspenso, assegurando-lhe o direito de retornar à mesma função que ocupava ou a indenização por rescisão do contrato (art. 475 da CLT).⁴⁴

Esclarecemos que a cessação da aposentadoria por invalidez pode ocorrer por várias causas, como por exemplo, recuperação da capacidade para o trabalho, morte do beneficiário, retorno voluntário ao trabalho, transformação do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, habilitação do trabalhador que receba

auxílio-doença para desempenhar outra função que lhe garanta a subsistência após processo de reabilitação.

3.2. Cessação dos benefícios por incapacidade em virtude de superveniente recuperação da capacidade laborativa

Verificado que os benefícios por incapacidade são temporários, temos que enfrentar como ocorre a cessação dos mesmos quando há recuperação da capacidade laborativa do beneficiário.

Não temos dificuldade em afirmar que uma vez concedido um benefício por incapacidade na via administrativa é nesta mesma via que deve haver a cessação, observado, por óbvio, a legislação previdenciária vigente e, em especial, o devido processo legal.

3.2.1. Pedido de prorrogação (PP), pedido de reconsideração (PR) e recurso administrativo

Se o beneficiário souber da data programada para a cessação de seu benefício previdenciário por incapacidade, poderá apresentar ao INSS um pedido de prorrogação (PP) a partir do 15º dia anterior à data da cessação do benefício (DCB), ou seja, durante os quinze dias finais. Apresentado o PP, haverá nova perícia que poderá ser realizada pelo mesmo médico que reconheceu a recuperação da capacidade e, na sequência, haverá uma decisão do INSS.^{45 46} Se a decisão não for ocorrer até a data prevista para a cessação do benefício (DCB), o INSS deve continuar pagando o benefício até decidir. Não haverá pagamento do benefício após a decisão que indeferiu o pedido de prorrogação.

Sendo mantida a cessação do benefício com o indeferimento do PP, poderá o beneficiário apresentar, ainda ao INSS, pedido de reconsideração (PR), cuja decisão será precedida de nova perícia que deverá ser

⁴⁴ Art. 475. O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.

§ 1º. Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo da aposentadoria, facultado, porém, ao empregador, o direito de indenizá-lo por rescisão do contrato de trabalho, nos termos dos arts. 477 e 478, salvo na hipótese de ser ele portador de estabilidade, quando a indenização deverá ser paga na forma do art. 497.

§ 2º. Se o empregador houver admitido substituto para o aposentado, poderá rescindir, com este, o respectivo contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha havido ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato.

⁴⁵ É o que consta na Orientação Interna (OI) 138 (alterada pela OI 164).

⁴⁶ O pedido de prorrogação pode ser apresentado mais que uma vez, desde que tenha havido prorrogação do benefício e haja uma nova data prevista para a cessação do benefício.

realizada por outro médico. O prazo para apresentar o PR é de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da decisão que indeferiu o pedido de prorrogação (PP) ou do dia seguinte à data da cessação do benefício (DCB), caso não tenha sido apresentado o PP.⁴⁷

Havendo nova decisão desfavorável ao beneficiário, poderá ele valer-se de recurso administrativo dirigido à Junta de Recursos da Previdência Social (JRPS), a ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias.

Independentemente disso, é óbvio que o segurado pode, caso queira e a qualquer momento, ajuizar ação judicial para reivindicar uma resposta do Judiciário acerca de sua insatisfação. Entretanto, entendemos que faltará interesse de agir, no aspecto necessidade, ao beneficiário que ajuizar ação nos últimos quinze dias de seu benefício que já está com data de cessação prevista, haja vista que neste período poderá apresentar⁴⁸ simples pedido de prorrogação ao INSS e este deverá continuar pagando o benefício até apreciar tal pedido.

3.2.2. Do art. 47 da Lei 8.213/1991⁴⁹

Registre-se que em se tratando de aposentadoria por invalidez e havendo a recuperação da capacidade laborativa, deverá ser observado o contido no art. 47 da

Lei 8.213/1991, ou seja, poderá o beneficiário ter direito às mensalidades de recuperação – após a recuperação da capacidade laborativa a Lei ainda assegura algumas prestações mensais para adaptação de alguns segurados que retornarão ao trabalho.

3.2.3. Do art. 11 da Lei 10.666/2003

Sendo o benefício uma aposentadoria por invalidez, entendemos que não deve ser seguido o procedimento traçado no art. 11 da Lei 10.666/2003, pois o ali disposto – notificação para apresentação de defesa no prazo de 10 (dez) dias para posterior decisão, embora respeite o devido processo legal, é menos amplo se comparado com o procedimento aplicável ao auxílio-doença, ou seja, à faculdade de utilização do pedido de prorrogação (PP), pedido de reconsideração (PR) e recurso administrativo à Junta de Recursos (JRPS), conforme visto anteriormente.

Assim, diante de uma revisão administrativa a ser realizada no benefício de aposentadoria por invalidez, de ofício ou após uma denúncia de irregularidade/fraude ou de constatação de retorno voluntário ao trabalho do beneficiário (art. 46 da Lei 8.213/1991), deve o INSS, primeiro, notificar o beneficiário para se submeter à perícia médica administrativa (art. 101 da Lei 8.213/1991) e, uma vez constatada a recuperação da capacidade laborativa e observado o disposto no art. 47 da Lei 8.213/1991 – mensalidades de recuperação, fixar a data da cessação do benefício (DCB) e, somente depois, comunicar o beneficiário para que este, ciente desta situação, possa, caso queira, se valer do pedido de prorrogação (PP), pedido de reconsideração (PR) e recurso administrativo à Junta de Recursos (JRPS).

3.2.4. Cessação dos benefícios por incapacidade concedidos judicialmente

Como se deve dar a cessação dos benefícios por incapacidade quando a concessão ocorrer por força de

⁴⁷ O pedido de reconsideração pode ser apresentado uma única vez e também pode ser apresentado no caso de indeferimento inicial do benefício, ou seja, quando o segurado nada recebeu em virtude de a primeira perícia do INSS ter reconhecido a sua capacidade laborativa.

⁴⁸ Pode ser utilizando formulário padrão, pelo telefone – 135 ou pela internet – www.previdencia.gov.br.

⁴⁹ Art. 47. Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, será observado o seguinte procedimento:

I. quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará:

a) de imediato, para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social; ou

b) após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, para os demais segurados;

II. quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período do inciso I, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade:

a) no seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade;

b) com redução de 50% (cinquenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses;

c) com redução de 75% (setenta e cinco por cento), também por igual período de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente.

uma sentença e se verificar, posteriormente, que não há mais incapacidade para o trabalho? Em outras palavras, como fica a coisa julgada e a manutenção do benefício de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença?

Registramos que os doutrinadores especializados no Direito Previdenciário, de regra, não enfrentam essa questão, apesar de entendermos que a mesma seja importante em virtude de estar-se suprimindo uma verba nitidamente alimentar e pelo fato disto ocorrer com muita frequência.

Uma vez concedido, na via judicial, um benefício por incapacidade, cabe ao INSS dar integral e imediato cumprimento ao comando judicial imposto, implantando-o.

A partir da implantação, o benefício por incapacidade obtido pela via judicial entra em manutenção e passa a ter o mesmo tratamento como qualquer outro benefício concedido administrativamente.

Assim, até em respeito ao comando constitucional da isonomia, os benefícios previdenciários de mesma espécie devem ser tratados sem distinção, não sendo fator relevante para discriminação a forma como cada qual foi concedido (judicial ou administrativamente).

Estando em manutenção, os benefícios se igualam, merecendo seus beneficiários os mesmos direitos e obrigações decorrentes da lei.

Nesse contexto, entendemos que deva ser obedecido o disposto no art. 101 da Lei de Benefícios – Lei 8.213/1991, *verbis*:

Art. 101. O segurado em gozo de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos. Negritamos.

Este dispositivo é claro no sentido de que o segurado em gozo de benefício por incapacidade será submetido a exame médico a cargo da Previdência Social, sob pena de suspensão do benefício.

Se assim não fosse, a Previdência correria o risco de pagar indevidamente e até *ad eternum* um benefício por incapacidade a pessoa sã e capaz para o trabalho.

Todos os segurados em gozo de benefícios por incapacidade, independentemente de a concessão ter sido feita na via administrativa ou judicial, devem ser chamados para se submeterem a exame pericial médico a ser realizado pelo próprio INSS.

Constatada a capacidade, deve haver a cessação administrativa do benefício, até porque o INSS é uma autarquia federal e, nessa condição, por força do art. 37 da Constituição Federal, deve se pautar pelos princípios ali elencados, dentre eles o da legalidade e da moralidade.

O comando previsto na Lei de Benefícios não deixa margem para valoração de conveniências e oportunidades da autarquia, haja vista que é um ato administrativo vinculado. Dessa forma, caracterizada a capacidade do beneficiário, não resta alternativa à Previdência Social senão cessar o benefício, sob pena de responsabilidade do servidor omissor.

Além disso, se o benefício não for cessado haverá enriquecimento sem causa em detrimento do erário, pois, estando o beneficiário plenamente apto para o trabalho, não faz ele mais jus ao benefício por incapacidade, que, como se viu, tem natureza temporária.

É óbvio que deverá ser observada a legislação vigente, bem como o princípio do devido processo legal e, por consequência, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa⁵⁰ no procedimento administrativo que culminará na cessação do benefício.

Realizada a perícia e diagnosticada a capacidade do beneficiário, este deverá tomar ciência oficial e inequívoca de sua nova situação (aptidão para o trabalho) perante a Previdência Social por intermédio de documento hábil, proporcionando o conhecimento do resultado do laudo pericial e facultando ao mesmo se insurgir na própria via administrativa (vide o capítulo

⁵⁰ Os princípios do contraditório e da ampla defesa pautam-se no binômio ciência e oportunidade. Ciência à parte contrária do ato praticado e oportunidade para defender-se do mesmo.

referente ao pedido de prorrogação – PP, pedido de reconsideração – PR e recurso administrativo).

Veja-se que a cessação de benefício por incapacidade, ainda que concedida judicialmente, não causa insegurança jurídica e nem desrespeita a coisa julgada, haja vista que a recuperação da capacidade laborativa é uma modificação da situação fática antes certificada.

Além disso, a aplicação do julgado a fatos futuros, especialmente às relações jurídicas continuativas, ou seja, as que perpetuam no tempo e não se exaurem num ato unitário ou pontual, não é admissível em nosso ordenamento, pois a sentença não tem, em regra, natureza normativa. Se tivesse haveria afronta à separação das funções e o Judiciário passaria a legislar.⁵¹

Acerca da sentença que decide uma relação jurídica continuativa, bem como de sua revisão, assevera a doutrina:

A sentença nada mais faz do que aplicar a lei ao caso concreto. Acolhe ou rejeita, no todo em parte, a pretensão do autor. Mas a lei atuada pode ser daquelas que regulem relação jurídica continuativa, que se não esgota com o pronunciamento da sentença, mas prossegue, apesar desta, variando, todavia, quanto aos seus pressupostos de qualidade ou quantidade. São relações jurídicas reguladas por “regras jurídicas que projetam no tempo os próprios pressupostos, admitindo variações dos elementos quantitativos e qualitativos.” Dando atuação a tais regras, a sentença atende os pressupostos do tempo em que foi proferida, sem, entretanto, extinguir a relação jurídica, que continua, sujeita a variações dos seus elementos constitutivos.⁵²

Mais adiante, o mesmo autor arremata:

(...) decidida uma questão referente à relação jurídica continuativa, admite a revisão da sentença, embora transitada em julgado, por haver-se modificado o estado de fato ou de direito (art. 471, I). Dir-se-á que a sentença determinativa não é imutável e indiscutível, porque suscetível de

revisão e modificação, e que, portanto, não faz coisa julgada.⁵³

O art. 471, I, do CPC aduz que a sentença poderá ser alterada a qualquer momento. Topograficamente, o mencionado dispositivo está na seção do Código de Processo Civil destinada a esclarecer sobre os efeitos da coisa julgada.

Assim, em se tratando de relação jurídica continuativa, uma nova coisa julgada poderá surgir em caso de modificação no estado de fato ou de direito.

E é justamente aí que se aplica a modificação no estado de fato e de direito, originada pela recém-descoberta: recuperação da capacidade laborativa, e isso se subsume perfeitamente à hipótese do art. 471, inc. I, uma vez que durante o curso da ação originária havia incapacidade.

Em virtude disso e considerando que o pagamento mensal de benefício previdenciário é, por excelência, uma relação jurídica continuativa, somos tentados a concluir que deva ser ajuizada uma nova ação, agora pelo INSS, almejando revisar o que foi decidido anteriormente, baseado no disposto no art. 471, I, do CPC.⁵⁴

Diante do que sustentou anteriormente, claro está que comungamos do entendimento de que é totalmente desnecessário que o INSS ajuíze ação revisional valendo-se do disposto no inciso I, do art. 471 do CPC e/ou no art. 71, parágrafo único, da Lei 8.212/1991⁵⁵, pois em se tratando de cessação de benefício por incapacidade, ainda que concedido judicialmente, deverá haver, respeitado o devido processo legal, a cessação do benefício na via administrativa, conforme previsão contida no art. 101 da Lei 8.213/1991.

⁵³ *Ibid.*, p. 453.

⁵⁴ Art. 471. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, salvo:
I. se, tratando-se de relação jurídica continuativa, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito; caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;
II. nos demais casos prescritos em lei.

⁵⁵ Art. 71 (...) Parágrafo único. Será cabível a concessão de liminar nas ações rescisórias e revisional, para suspender a execução do julgado rescindendo ou revisando, em caso de fraude ou erro material comprovado.

⁵¹ LIMA, Paulo Roberto de Oliveira. *Contribuição à Teoria da coisa julgada*, p. 143-149.

⁵² SANTOS, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. IV: arts. 332-475, p. 452-453.

Caso prevaleça o entendimento de que os benefícios por incapacidade não possam ser cessados pelo simples fato de terem sido concedidos judicialmente, ocorrerá inconstitucional distinção entre os segurados que obtiveram o benefício judicialmente em detrimento daqueles que obtiveram o mesmo benefício na esfera administrativa, além de estimular o ajuizamento de ações em casos que poderiam ser resolvidos sem a intervenção do Judiciário.

Na verdade, entendemos que faltará interesse de agir ao INSS para tal mister e o feito deverá ser extinto sem resolução de mérito.

4. Restabelecimento dos benefícios por incapacidade concedidos judicialmente

Deparando o beneficiário com uma cessação de seu benefício por incapacidade, é de bom tom dizer que ele não deve requerer o restabelecimento de seu benefício nos próprios autos do processo em que houve a concessão pelo Judiciário, salvo se diante de uma situação excepcional verificada num caso concreto.

É que, como se sabe, para ajuizar com uma ação no Judiciário é necessária a observância de algumas formalidades legais, e o pedido de restabelecimento de benefício previdenciário dentro de uma mesma relação jurídica já formada não é correto.

Nos autos do processo judicial onde há a concessão, discute-se sobre a concessão ou não do benefício por incapacidade. A lide consiste na possibilidade de resistência do INSS diante da pretensão do segurado em obter a concessão do benefício previdenciário. Sucumbente a autarquia, é concedido o benefício pleiteado. O processo formado atinge, assim, o seu ponto culminante, ou seja, soluciona o conflito de interesses aplicando-se o Direito ao caso concreto. O pedido de restabelecimento de um benefício previdenciário cessado administrativamente, por ser baseado numa nova causa de pedir, dá ensejo a uma outra pretensão diante do INSS a ser veiculada em outra ação.

O pedido de restabelecimento dentro dos mesmos autos deve ser entendido, no mínimo, como modificação do pedido e causa de pedir e o parágrafo

único do art. 264 do Código de Processo Civil é expresso quanto a impossibilidade de qualquer alteração do pedido ou causa de pedir após o saneamento do processo.

A título de ilustração, veja-se um trecho de uma decisão da ilustre Desembargadora Federal Dra. Ranza Tartuce, prolatada nos autos do Agravo interposto na forma de instrumento – 2002.03.00.043746-9, em que foi adotado e sintetizado o mesmo entendimento aqui trazido e concedido efeito suspensivo, *in verbis*:

(...)

E em se tratando de benefício de natureza provisória, como ficou expressamente consignado no acórdão de fls. 22, poderá o mesmo ser revisto e suspenso a qualquer tempo, desde que comprovada a capacidade laboral da beneficiária, não significando o ato uma afronta à decisão judicial, tratando-se, a toda evidência, de um novo ato administrativo que não comporta exame no âmbito de um processo com decisão transitada em julgado.

Por essa razão, presentes seus pressupostos, admito este recurso e defiro o efeito suspensivo.

Conclusões

1. “Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso” (art. 6º, § 3º, Lei de Introdução ao Código Civil). É o art. 467 do Código de Processo Civil que trata do instituto da coisa julgada precisando os contornos e grau de imutabilidade da coisa julgada.

2. Ocorrerá a coisa julgada quando a decisão judicial transitar em julgado, ou seja, quando essa estiver imune a ataques pela via recursal, quer por ter esgotado todos os recursos ou por ter expirado o prazo sem que o recurso cabível fosse interposto. Haverá coisa soberanamente julgada quando transcorridos mais de dois anos do trânsito em julgado, não sendo possível, a partir de então, desfazer a decisão judicial nem por ação rescisória.

3. A coisa julgada existe em prol da segurança jurídica almejada por toda a coletividade, pois seria inconcebível a eternização dos litígios judiciais. Não é mais um efeito da sentença, mas, sim, a sua própria eficácia, na medida em que a torna imutável e indiscutível.

4. Não havendo possibilidade de interposição de recursos, a sentença torna-se imutável – coisa julgada formal – e, em consequência, tornam-se imutáveis seus efeitos – coisa julgada material.

5. O limite objetivo da coisa julgada se restringe ao dispositivo da sentença, pois é neste que o juiz sintetiza o que fora decidido e onde há o comando estatal. É essa parte que adquire força de lei (art. 468 do Código de Processo Civil). Os motivos, a verdade dos fatos e a apreciação da questão prejudicial, não fazem coisa julgada (art. 469 do CPC). A respeito dos limites subjetivos da coisa julgada, temos que a sua autoridade está adstrita às partes processuais (primeira parte do art. 472 do CPC). Além dos limites objetivos e subjetivos, há os limites temporais da coisa julgada, onde os acontecimentos naturais posteriores não afetam a autoridade da coisa julgada. Como exemplo, apontamos a renúncia de um crédito que fora reconhecido por uma decisão judicial com trânsito em julgado.

6. Faz coisa julgada material a sentença que decide uma relação jurídica continuativa.

7. Uma vez preenchidos os requisitos previstos em lei é concedido (implantado) o benefício previdenciário e ele entra em manutenção – pagamento mensal.

8. Os benefícios por incapacidade são temporários, não tem prazo fixo de duração fixado em lei e, por isso, podem ser cessados.

9. Dentre as várias causas de cessação dos benefícios por incapacidade, destaca-se a recuperação da capacidade laborativa do segurado.

10. Deve ser observado o devido processo legal para se efetivar a cessação dos benefícios, podendo o segurado, por exemplo, valer-se do pedido de prorrogação, de reconsideração e/ou recurso administrativo.

11. A cessação por recuperação da capacidade laborativa de todos os benefícios por incapacidade - concedidos na via administrativa ou judicial, se dá na via administrativa por força do disposto no art. 101 da Lei 8.213/1991 e, por isso, desnecessário que o INSS ajuíze ação revisional com base no art. 471, I, do CPC.

12. O pedido de restabelecimento de um benefício por incapacidade, que foi concedido por ordem judicial

e cessado administrativamente, não pode ser veiculado no bojo dos autos do processo judicial de concessão.

Bibliografia

ARAGÃO, Egas Moniz de. *Sentença e coisa julgada*. Rio de Janeiro: Aide, 1992.

ASSIS, Araken de. *Breve contribuição ao estudo da coisa julgada nas ações de alimentos*. Porto Alegre: *Ajuris*, n. 46, v. 16, p. 77-96, julho de 1989.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Comentários ao CPC*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada. In: *Temas de Direito processual*. 3ª série. São Paulo: Saraiva: 1984.

_____. Os limites objetivos da coisa julgada no sistema do novo Código de Processo Civil. In: *Temas de Direito Processual*. São Paulo: Saraiva: 1977.

_____. A eficácia preclusiva da coisa julgada material no sistema do Processo Civil brasileiro. In: *Temas de Direito Processual*. São Paulo: Saraiva: 1977.

_____. Coisa julgada e declaração. In: *Temas de Direito Processual*. São Paulo: Saraiva: 1977.

BRASIL. Decreto-Lei 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 set. 1942, p. 1.

BRASIL. Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943, p. 11937.

BRASIL. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 17 jan. 1973, p. 1.

BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 25 jul. 1991.

BRASIL. Lei 10.666/2003, de 8 de maio de 2003. Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 9 maio 1991, p. 1.

BRASIL. Orientação Interna 138 INSS/DIRBEN, de 5 de maio de 2006. Dispõe sobre os procedimentos de perícia médica. *Diretoria de Benefícios/ Instituto Nacional do Seguro Social*. Publicação exclusiva em Boletim de Serviço-BS.

CAMPOS, Ronaldo Cunha. *Limites objetivos da coisa julgada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aide, 1988.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de Direito Previdenciário*. 9ª ed. rev. e atual. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2001.

_____. Relativizar a coisa julgada material. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/ce/cenovo/revista/0502relativizaCandido.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2001.

DINIZ, Maria Helena. *Lei de introdução ao Código Civil brasileiro interpretada*. São Paulo: Saraiva, 1994.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *A coisa julgada nas ações de alimentos*. Porto Alegre: *Ajuris*, julho de 1991, v. 18, n. 52, p. 5-33.

FERNANDES, Iara de Toledo. A advocacia pública do Processo Civil. In: *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos da Instituição Toledo de Ensino*. Bauru: ITE, n. 23, 1998.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil brasileiro*. 14ª ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000, v. 2.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. Trad. Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Trad. textos posteriores à ed. de 1945 e notas relativas ao Direito brasileiro vigente de Ada Pellegrini Grinover. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

LIMA, Paulo Roberto de Oliveira. *Contribuição à teoria da coisa julgada*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da Seguridade Social*. 25ª ed., São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3ª ed., 7ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 8-1999.

MORAES, Paulo Valério Dal Pai. *Conteúdo interno da sentença: eficácia e coisa julgada*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

NEGRÃO, Theotonio. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 32ª ed. atual. até 9 de janeiro de 2001. São Paulo: Saraiva, 2001.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. 6ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

NOGUEIRA, Carlos Frederico Coelho. *Coisa julgada penal: autoridade absoluta e autoridade relativa*. Disponível em: <<http://www.cpc.adv.br/doutrina.htm>>. Acesso em 20 fev. 2002.

NUNES, Luiz Antonio Rizatto. *Manual da monografia jurídica*. 3ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.

PORTO, Sérgio Gilberto. *Coisa julgada civil*. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: AIDE, 1998.

RODRIGUES, José Renato. A flexibilização da coisa julgada inconstitucional. In: *Revista de Doutrina do Tribunal Regional Federal da 4ª Região*, n. 10. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.gov.br/artigos/edicao0010/jose_rodrigues.htm>; Acesso em: 19 jan. 2006.

_____. *O tratamento dado pelo ordenamento jurídico brasileiro ao instituto da coisa julgada*. In: *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos da Instituição Toledo de Ensino*. Bauru: Instituição Toledo de Ensino, n. 39, 2004.

_____. *Resumo de Direito Previdenciário*. Disponível em: <http://www.ite.edu.br/posgraduacao_apostilas.htm>. Acesso em: 10 jan. 2003.

_____. *A flexibilização da coisa julgada*. Dissertação de Mestrado. Bauru: Instituição Toledo de Ensino, 2002.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3ª ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 1982, vol. IV, arts. 332 a 475.

_____. *Primeiras linhas de Direito Processual*. 20ª ed. atual. Aricé Moacyr Amaral dos Santos. São Paulo: Saraiva, 2001.

SILVA, Ovidio Araujo Baptista Da. *Sentença e coisa julgada*. 3ª ed., rev. e aum. Porto Alegre: SAFE, 1995.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Sentença e coisa julgada*. In: *Cadernos de Processo Civil*. São Paulo: LTr, 1999, n. 15.

TESHEINER, José Maria. *Eficácia da sentença e coisa julgada no Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

_____. *Autoridade e eficácia da sentença. Crítica à teoria de Liebman*. In: *RT/Fasc. Civ. Ano*, v. 774. [São Paulo]: Revista dos Tribunais, abr./2000 p. 64-93.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*, 31ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, v. 1.